

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.422/0001-06

Fone: (46) 3533-8300 – **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br

Endereço: Avenida XV de Novembro, 160 – Centro – São João/PR – CEP 85.570-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.031/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 195/2026

CONTRATANTE (UASG): 987871 – Município de São João – PR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

FORMA: Licitação Tradicional

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

REGIME DE EXECUÇÃO: Prestação de Serviços (execução indireta), por preço global.

AMPLA PARTICIPAÇÃO: Sim

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: Sim, nos termos do Decreto Municipal nº 3.070/2023

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 3.070/2023, e demais normas aplicáveis.

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados entre os diversos departamentos e secretarias do Município de São João/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência e anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 133.360,00

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/05/2026, às 08h00min

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 20/05/2026, às 08h59min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 20/05/2026, às 09h00min

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA / DISPUTA DE LANCES: 20/05/2026, às 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal / Compras.gov.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- O julgamento será realizado pelo critério de **menor preço global**.
- A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive instalação, ativação, suporte técnico, manutenção e demais encargos necessários à perfeita execução contratual.
 - O edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Compras.gov.br, no Portal da Transparência do Município e junto ao Setor de Licitações.
 - Os pedidos de esclarecimento e as impugnações deverão observar os prazos e condições previstos no edital.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.031/2026

O Município de São João, Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar nº 123/2006**, do **Decreto Municipal nº 3.070/2023** e demais disposições aplicáveis, sendo conduzido pelo Agente de Contratação designado pela **Portaria nº 6.934, de 02 de janeiro de 2025**, conforme as condições e exigências estabelecidas neste edital e em seus anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO – DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO

- **Forma de disputa:** Aberta e fechada, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 14.133/2021;
- **Modalidade de Contratação:** Licitação tradicional, nos termos do Termo de Referência;
- **Critério de Julgamento:** Menor preço global;
- **Participação:** **Ampla**, com aplicação dos tratamentos favorecidos previstos na **Lei Complementar nº 123/2006** (ME/EPP/equiparadas) e da **preferência local/regional** prevista no **Decreto Municipal nº 3.070/2023**, quando atendidas as condições do edital e da regulamentação aplicável;
- **Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não;
- **Abertura/acolhimento/divulgação de propostas:** Até às 08h59min do dia 20/05/2026;
- **Início da sessão/disputa de lances:** 09h00min do dia 20/05/2026;
- Todas as indicações de tempo constantes neste edital seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

Referências legais para este processo licitatório: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decretos Municipais nº 3.118/2023, 3.070/2023, e demais legislação aplicável.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados entre os diversos departamentos e secretarias do Município de São João/PR, vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições deste edital.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

O valor máximo global para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 133.360,00** (cento e trinta e três mil, trezentos e sessenta reais), conforme estimativa detalhada no orçamento referencial elaborado pela Administração, fundamentado em pesquisa de mercado, incluindo cotações e referências de preços, em conformidade com os princípios da economicidade, vantajosidade e competitividade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras Net, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

O endereço eletrônico para recebimento, abertura e processamento das propostas será o portal www.gov.br/compras, garantindo ampla publicidade, transparência e participação isonômica dos interessados

O edital na íntegra está disponível para consulta na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>), e no sítio eletrônico do Município Portal da Transparência: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Anderson Camargo Cardoso e equipe de apoio, conforme designados pela Portaria n.º 6.934, de 02 de janeiro de 2025.

Atendimentos serão feitos pelos seguintes contatos:

- **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br
- **Telefones:** (46) 3533-8325
- **Endereço:** Av. XV de novembro, 160, Centro, São João, PR.
- **Horário de atendimento:** 08h30 às 11h00 e 13h30 às 17h00.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros destinados à cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato serão providos da seguinte dotação orçamentária vigente:

Órgão e Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
02.001	04.122.0401.2003	3.3.90.40.00.00	000
03.001	04.122.0402.2004	3.3.90.40.00.00	000, 511
03.001	04.123.0403.2005	3.3.90.40.00.00	000, 511
04.001	27.812.2701.2008	3.3.90.40.00.00	000
04.002	13.392.1303.2009	3.3.90.40.00.00	000
05.001	12.361.1201.2014	3.3.90.40.00.00	000, 103, 104
06.001	10.301.1001.2030	3.3.90.40.00.00	000, 303
07.001	20.606.2001.2035	3.3.90.40.00.00	000
08.001	15.451.1501.2036	3.3.90.40.00.00	000
08.002	26.782.2601.2040	3.3.90.40.00.00	000
09.001	08.244.0802.2041	3.3.90.40.00.00	000
09.002	08.244.0802.2048	3.3.90.40.00.00	000
09.003	08.243.0802.2050	3.3.90.40.00.00	000

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em razão de irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio do campo específico no sítio eletrônico <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=saojoao>, onde também serão publicadas as respostas aos pedidos formulados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Os recursos e as respectivas contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, por meio da plataforma oficial utilizada para a condução do certame, observando-se os prazos e procedimentos estabelecidos no item 9 das Condições Gerais deste Edital, em conformidade com o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS

Durante o curso da licitação, os autos do processo estarão disponíveis para consulta pelos interessados no **sistema eletrônico utilizado para o pregão**, bem como no **Portal da Transparência do Município** no seguinte endereço:

Sítio eletrônico oficial: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br>

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO

A licitação e a contratação decorrente serão regidas pelas **condições específicas e gerais do Pregão Eletrônico**, bem como pelo termos estabelecidos neste edital e seus anexos.

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações, além da legislação aplicável.

7. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

7.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Após o encerramento da fase de lances e concluída a negociação, serão **desclassificadas** as propostas que permanecerem acima dos **valores unitários máximos e totais máximos fixados neste edital**, nos termos do **artigo 59, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Além disso, poderá ser considerada **inexequível** qualquer proposta cujo preço seja manifestamente **irrisório, simbólico, incompatível com os custos de mercado ou que comprometa a execução contratual**, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente e em eventuais estudos técnicos anexos ao edital.

Se for constatada a **inexequibilidade** da proposta mais bem classificada, a Administração poderá convocar o segundo colocado, seguindo a **ordem de classificação**, desde que sua proposta esteja dentro dos limites aceitáveis e **compatível com os parâmetros de mercado**.

7.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de **Menor Preço Global**, conforme estabelecido no **Termo de Referência (Anexo I)** deste edital.

1. Critério Geral

- Durante a fase de lances, os valores unitários ou globais que ultrapassarem o limite máximo permitido serão **desclassificados**, exceto nos casos de **Maior Desconto**, quando houver possibilidade de lances negativos.
- Encerrada a fase de lances e concluída a negociação, as propostas que permanecerem acima dos valores máximos definidos no Termo de Referência serão **desclassificadas**.

2. Critério para Lotes com Múltiplos Itens

- Para lotes compostos por mais de um item, a aceitabilidade será baseada na **soma dos valores unitários** dos itens do lote.
- As propostas que ultrapassarem o valor total máximo estabelecido no Termo de Referência serão **desclassificadas**, salvo na hipótese de **Maior Desconto** com lances negativos.

3. Critério para Lotes de Valor Global

- Quando o critério de julgamento for o **valor máximo global do lote**, a avaliação será baseada no preço total do lote.
- Se o valor global ofertado ultrapassar o limite definido no Termo de Referência, a proposta será **desclassificada**, salvo na hipótese de **Maior Desconto** com lances negativos.

PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não será inferior a **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua apresentação,

conforme disposto no artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O não cumprimento deste prazo poderá resultar na desclassificação da proposta, conforme previsto neste edital.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

Será concedido **tratamento favorecido** às **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**, nos limites previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006**. Também será assegurado **tratamento diferenciado** às **sociedades cooperativas** mencionadas no **artigo 34 da Lei nº 11.488/2007**, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

Para garantir a efetividade desse tratamento favorecido, serão aplicadas as regras de desempate previstas no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, permitindo que ME, EPP e MEI exerçam o direito de preferência caso suas propostas estejam dentro do limite de **5% (cinco por cento)** acima da melhor oferta apresentada por empresa de maior porte.

AMOSTRA E CATÁLOGO:

A apresentação de **catálogo técnico** e/ou **amostra do(s) objeto(s)** licitado(s) **somente será exigida se expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)**, conforme critério da Administração.

Quando exigida, a amostra deverá ser entregue no prazo e local indicados pela Administração, para verificação da conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e desempenho estabelecidos no edital. As amostras poderão ser submetidas a análise técnica e a ensaios específicos, quando aplicável.

O não atendimento à exigência de apresentação de catálogo técnico ou amostra, **caso prevista**, poderá ensejar a desclassificação da proposta, com a consequente convocação do licitante subsequente, conforme os critérios estabelecidos no edital e na legislação vigente

GARANTIA:

A prestação de garantia de execução **poderá ser exigida apenas nos casos em que estiver expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)** e devidamente justificada em razão da natureza e complexidade do item adjudicado, conforme o disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quando exigida, a garantia deverá ser proporcional ao valor do item contratado e poderá abranger aspectos como qualidade dos materiais, desempenho adequado do objeto contratado e cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no edital.

A garantia, se aplicável, deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha do contratado:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

O percentual, o prazo de vigência e demais condições constarão expressamente na minuta contratual correspondente, somente nos casos em que a garantia for exigida.

Caso não haja exigência expressa no Termo de Referência, a Administração se reserva ao direito de não solicitar a garantia.

CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio nesta licitação.

A vedação se justifica em razão das características do objeto, que consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados entre os diversos departamentos e secretarias do Município de São João/PR, atividade de natureza comum, padronizada e plenamente executável por empresa individualmente considerada, não demandando a reunião de empresas para o atendimento das obrigações contratuais.

Nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá admitir ou vedar a participação de consórcio, desde que haja justificativa pertinente no processo administrativo. No presente caso, a não admissão de consórcio mostra-se adequada, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade técnica elevada, nem vulto ou dimensão que justifique a conjugação de capacidades econômico-financeiras e técnico-operacionais de mais de uma empresa, sendo suficiente a comprovação de qualificação e regularidade exigidas no edital e no Termo de Referência por um único contratado.

Além disso, a execução contratual demanda responsabilidade centralizada, integração técnica da solução, uniformidade na prestação dos serviços, suporte técnico contínuo, manutenção e gerenciamento da rede, de modo que a eventual participação de empresas consorciadas poderá dificultar a definição de responsabilidades, a fiscalização contratual e a rápida solução de intercorrências operacionais.

Dessa forma, ficam impedidas de participar desta licitação empresas reunidas sob a forma de consórcio.

O descumprimento desta vedação resultará na desclassificação da proposta ou na inabilitação do licitante, conforme a fase em que for constatada a irregularidade, sem prejuízo da aplicação das demais medidas cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.

ANEXOS

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Documentos de Habilitação;
- **Anexo III** – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV** – Modelo de Procuração;
- **Anexo V** – Modelo de Declaração;
- **Anexo VI** – Locais de Entrega;
- **Anexo VII** – Minuta de Contrato;
- **Anexo VIII** – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- **Anexo IX** – Declaração da Lei Geral de Proteção de Dados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- a) O pregão será realizado por meio eletrônico, utilizando o **sistema de compras eletrônicas ComprasNet**, acessível pelo endereço eletrônico www.gov.br/compras, conforme disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021** e regulamentações vigentes.
- b) O certame será conduzido por servidor(a) público(a) **designado(a) para a função de pregoeiro(a)**, com suporte da **equipe de apoio**, responsável pelo monitoramento e gestão dos dados inseridos ou transferidos para o **sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal**.
- c) O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, nos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, e demais normativas aplicáveis.
- d) Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se **credenciar previamente**, obtendo **chave de identificação e senha pessoal**, seguindo as instruções disponíveis na página do sistema.
- d.1) O **credenciamento do interessado e de seu representante legal** no sistema eletrônico **implica sua responsabilidade pelos atos praticados**, presumindo-se sua capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, nos termos do **artigo 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.
- e) O acompanhamento das operações no sistema eletrônico **é de responsabilidade exclusiva do licitante**, não cabendo à Administração Municipal qualquer ônus decorrente da **perda de negócios, inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou eventual desconexão do licitante durante a sessão pública do pregão**.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- a) Poderão participar deste Pregão as **pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação** e que apresentem **todos os documentos exigidos para habilitação**, além de estarem **devidamente credenciadas no sistema eletrônico de compras** adotado pela Administração, na forma deste edital e da legislação aplicável.
- b) Os interessados em participar do pregão deverão possuir **chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas** adotado pela Administração, conforme especificado no **Item 1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico**.
- c) É **vedada a participação** na licitação de pessoas físicas ou jurídicas que:
- c.1) tenham sido **declaradas inidôneas** ou sofrido **sanção impeditiva de licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**;
- c.2) tenham constituído pessoas jurídicas com o propósito de **burlar sanções aplicadas**, enquanto perdurarem os efeitos dessas penalidades;
- c.3) possuam **sócios em comum com empresas impedidas de licitar ou contratar**, quando caracterizada tentativa de burla ou fraude à aplicação de sanções administrativas;
- c.4) não operem legalmente no País ou estejam sob **falência, dissolução ou liquidação**, ressalvada a hipótese de participação admitida em lei e no edital, quando cabível;
- c.5) mantenham **vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil** com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos da legislação aplicável;

c.6) sejam **servidores públicos, dirigentes do órgão contratante**, ou empresas das quais tais agentes figurem como sócios, dirigentes ou possuam participação relevante, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;

c.7) enquadrem-se em quaisquer das **hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**;

c.8) sejam **autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo**, ou empresa da qual o autor participe, direta ou indiretamente, quando configurada hipótese legal de vedação, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**;

c.9) participem na forma de **consórcio**, conforme vedação expressa estabelecida neste edital e devidamente justificada no processo administrativo.

d) A participação na licitação implica a **aceitação integral das condições estabelecidas neste edital e na legislação aplicável**, não cabendo alegação de desconhecimento.

e) Além dessas condições gerais, deverão ser observadas as **exigências específicas de participação previstas neste edital**, considerando as peculiaridades do objeto licitado.

f) O(a) pregoeiro(a) verificará o cumprimento das condições de participação por parte das licitantes, com **especial atenção à existência de impedimentos e sanções** que restrinjam o direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

3. PROPOSTA INICIAL

a) Antes de submeter a proposta comercial no sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio:

a.1) **conhecimento e atendimento** às exigências de **habilitação** e demais condições previstas no edital;

a.2) sua condição de **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)** para usufruir dos benefícios previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações.

b) A **proposta de preço inicial** deverá ser enviada por meio de **formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas**, observando o prazo e os critérios estabelecidos no edital.

b.1) A proposta registrada poderá ser **alterada ou retirada** até a data e hora definidas no edital.

b.2) Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, **o sistema não permitirá inclusão, alteração ou desistência**, nos termos do **artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da **fase de lances**.

d) O(a) pregoeiro(a) **verificará as propostas apresentadas quanto à exequibilidade**, podendo **desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos do edital**, conforme previsto no **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

a.1) **Valor unitário e total do item**, valor global ou percentual de desconto, conforme aplicável;

a.2) **Marca** do produto ofertado, quando aplicável;

a.3) **Fabricante**, quando aplicável;

a.4) **Descrição detalhada do objeto**, conforme especificado no **Termo de Referência (Anexo I)**, incluindo modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando aplicável.

- b) Todas as **especificações do objeto contidas na proposta vinculam o contratado**, sendo vedadas alterações posteriores que modifiquem sua essência.
- c) Os valores propostos devem **incluir todos os custos operacionais**, encargos **trabalhistas, tributários, previdenciários, comerciais** e quaisquer outros que incidam **direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos bens ou serviços**, assegurando o cumprimento do contrato sem prejuízo ao contratado.
- d) Os **preços ofertados**, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não cabendo pleito de **alteração sob alegação de erro ou omissão**, nos termos do **artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- e) O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, conforme disposto no **artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- f) As **ofertas devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital**, sendo passível de **desclassificação qualquer proposta que ultrapasse esses limites**.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- a) A abertura da licitação ocorrerá em sessão pública, por meio do sistema eletrônico de compras, na data, horário e local indicados no edital.
- b) O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas, desclassificando aquelas que não atendam aos requisitos estabelecidos no edital, nos termos do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- d) O sistema disponibilizará um campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.
- e) Iniciada a etapa competitiva, os lances deverão ser enviados exclusivamente pelo sistema eletrônico.
- e.1) O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento fixado neste edital.
- f) Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- g) O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- h) O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.1. MODO DE DISPUTA – ABERTO E FECHADO

- i) O modo de disputa adotado neste certame será o **Aberto e Fechado**, nos termos do art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- i.1) Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos durante a fase aberta, seguidos de lance final e fechado.
- i.2) A etapa inicial de envio de lances da sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**.
- i.3) Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- i.4) Após o encerramento da etapa aberta, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os autores das ofertas com preços até **10% (dez por cento) superiores** àquela possam ofertar **um lance final e fechado**, em prazo de até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento desse prazo.
- i.5) Não havendo pelo menos **3 (três) ofertas** nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores dos **3 (três) melhores lances subsequentes**, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado no mesmo prazo.
- i.6) Encerrado o prazo para envio do lance final e fechado, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade, considerando o critério de **menor preço global**.

i.7) Na ausência de lance final e fechado, será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor ao final da etapa aberta.

i.8) O(a) pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá, justificadamente, admitir o reinício da etapa competitiva, nos termos da legislação aplicável, quando necessário para obtenção da proposta mais vantajosa.

5.2. ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

j) O sistema encerrará automaticamente a fase de lances conforme o modo de disputa adotado, ordenando as propostas de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

k) Após o encerramento da fase de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá:

- negociar diretamente com o licitante que apresentou a melhor oferta, buscando melhores condições para a Administração;
- verificar a conformidade da proposta vencedora em relação aos requisitos do edital e ao Termo de Referência;
- desclassificar propostas que não atendam aos requisitos técnicos, financeiros ou de habilitação, convocando os próximos classificados.

l) O(a) pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da etapa de lances para assegurar a obtenção da melhor proposta ou diante da ausência de lances compatíveis com os requisitos do edital.

5.3. CRITÉRIO DE DESEMPATE E TRATAMENTO FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

m) Para itens não exclusivos a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais (ME, EPP e MEI), encerrada a etapa de lances, será verificado o porte da empresa para aplicação do disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

n) Se as propostas de ME, EPP ou MEI estiverem até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

o) Em caso de empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será conforme o artigo 60 da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis.

5.4. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA FINAL

p) Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o melhor preço, buscando valor ainda mais vantajoso, sem alterar as condições previstas neste edital.

q) A negociação será conduzida pelo sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

r) O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta revisada conforme o último lance ofertado, acompanhada, se necessário, de documentos complementares para confirmação dos requisitos exigidos no edital.

s) O(a) pregoeiro(a) poderá prorrogar o prazo estabelecido, caso haja solicitação fundamentada pelo licitante via chat antes do término do prazo.

t) Após a negociação do preço, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

a) Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à **adequação ao objeto**, à **compatibilidade do preço** em relação ao valor máximo estipulado para contratação e ao atendimento das especificações constantes neste Edital e seus anexos, nos termos do **art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

b.1) contiver **vícios insanáveis**;

b.2) não obedecer às **especificações técnicas** previstas neste Edital e no Termo de Referência;

b.3) apresentar **preço final superior** ao preço máximo fixado pela Administração;

- b.4)** apresentar **preço manifestamente inexequível**;
- b.5)** não tiver sua **exequibilidade demonstrada**, quando exigido pela Administração;
- b.6)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que **insanável**.
- c)** Para fins de análise de **exequibilidade**, poderão ser considerados, entre outros elementos, os custos de mercado, os preços praticados em contratações similares, a composição de custos apresentada pelo licitante, a compatibilidade entre os preços ofertados e os insumos necessários à execução do objeto, bem como outros elementos técnicos aptos a demonstrar a viabilidade da proposta.
- c.1)** No caso de **obras e serviços de engenharia**, serão consideradas **inexequíveis** as propostas cujos valores sejam inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, nos termos do **art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c.2)** Ainda no caso de **obras e serviços de engenharia**, será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este percentual e o valor da proposta, nos termos do **art. 59, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c.3)** No caso de **bens e serviços em geral**, a Administração poderá realizar diligência para aferir a exequibilidade da proposta, especialmente quando o preço ofertado apresentar indícios de inexequibilidade, considerando os parâmetros de mercado, a natureza do objeto, a composição de custos, a capacidade operacional do licitante e demais elementos técnicos pertinentes.
- c.4)** Para **bens e serviços em geral**, inexistindo percentual legal fixo de presunção absoluta de inexequibilidade, a Administração poderá adotar, como **parâmetro referencial de análise**, proposta com valor significativamente inferior ao estimado, inclusive inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor de referência, hipótese em que o licitante poderá ser convocado a demonstrar a viabilidade econômica da proposta, mediante documentação idônea.
- d)** Serão consideradas **inexequíveis** as propostas com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os custos de mercado e com a adequada execução do objeto, exceto quando se referirem a materiais, instalações ou estruturas de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie expressamente à remuneração.
- e)** A Administração poderá realizar **diligências** para aferir a exequibilidade, legalidade e conformidade das propostas apresentadas, inclusive mediante solicitação de documentos complementares, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- f)** Caso seja necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, esta será retomada mediante comunicação no sistema eletrônico, com o devido registro da ocorrência em ata.
- g)** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para envio de **documentos complementares** digitalizados por meio do sistema eletrônico, no prazo fixado no próprio sistema, sob pena de **não aceitação da proposta**.
- g.1)** O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada do licitante apresentada via chat do sistema antes de seu vencimento, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- g.2)** Entre os documentos que poderão ser solicitados, incluem-se **catálogos, fichas técnicas, declarações do fabricante, memoriais descritivos, certificações, laudos, amostras, comprovação de marca e modelo**, ou demais elementos que permitam verificar a conformidade da proposta com as exigências do Edital e do Termo de Referência.
- 6.1. DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS, CATÁLOGOS OU DOCUMENTOS TÉCNICOS, QUANDO APLICÁVEL**
- h)** A exigência de apresentação de **amostras, catálogos, fichas técnicas, laudos, certificações ou demais documentos técnicos** será aplicada exclusivamente quando prevista no Termo de

Referência ou quando necessária à verificação da compatibilidade da proposta com as especificações exigidas.

i) O local, data e horário para entrega de eventual amostra serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico utilizado para o certame, sendo facultada a presença dos licitantes interessados, quando cabível.

j) A não entrega da amostra ou dos documentos técnicos solicitados, o atraso injustificado na entrega, ou a apresentação de produto, serviço ou documentação em desconformidade com as especificações previstas no Edital e no Termo de Referência, poderá resultar na **recusa da proposta**.

k) Se a amostra ou documentação técnica apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

l) A análise técnica será realizada com base nos critérios definidos no Termo de Referência e nos padrões mínimos de aceitabilidade estabelecidos pela Administração, com registro da decisão no processo administrativo.

6.2. NEGOCIAÇÃO E PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO

m) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, observada a ordem de classificação.

n) O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão e informar nova data e horário para sua continuidade por meio do sistema eletrônico.

o) O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que apresentou a proposta mais vantajosa, com o objetivo de obter melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

o.1) Caso o(a) Pregoeiro(a) não aceite a proposta e passe à subsequente, poderá também negociar melhores condições com o licitante classificado em seguida.

o.2) A negociação será conduzida pelo sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.3. CRITÉRIO DE EMPATE E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E MEI

p) Nos itens que não sejam exclusivos à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, caso a proposta inicialmente mais bem classificada não seja aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar ao próximo classificado, haverá nova verificação pelo sistema para eventual ocorrência de **empate ficto**, conforme previsto nos **arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006**.

q) Encerrada a análise da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, conforme as disposições deste Edital.

r) O licitante provisoriamente vencedor em mais de um item deverá comprovar cumulativamente os requisitos de habilitação, quando aplicável, observadas as exigências correspondentes aos itens em que tenha sido classificado provisoriamente em primeiro lugar.

r.1) Na hipótese de não comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá avaliar a inabilitação em relação aos itens necessários, observada a ordem de classificação, a vantajosidade para a Administração e as regras previstas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) Os licitantes deverão encaminhar, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a **proposta comercial**, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço proposto, conforme modelo do **Anexo III**, até a data e horário estabelecidos no edital.

b) O envio da proposta ocorrerá por meio da **chave de acesso e senha** cadastradas no sistema eletrônico.

c) Os documentos exigidos para fins de habilitação constam no **Anexo II – Documentos de Habilitação** deste edital e serão exigidos do **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar**, na forma, prazo e condições definidos pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico.

7.1. VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LICITANTES

d) Antes da análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de **impedimentos ou sanções restritivas do direito de licitar ou contratar**, mediante consulta aos sistemas e cadastros oficiais aplicáveis, especialmente:

i) **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**;

ii) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU**;

iii) **Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública no Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR**.

d.1) A consulta poderá ser realizada em nome da empresa licitante e de seu **sócio majoritário**, quando cabível, para verificação de eventual impedimento legal ou indícios de burla à aplicação de sanções.

d.1.1) Caso a consulta aponte **ocorrências impeditivas indiretas** ou indícios de fraude, a Administração poderá promover diligências para apuração da situação concreta.

d.1.1.1) A eventual tentativa de burla poderá ser analisada à luz de elementos como **vínculos societários**, identidade de sócios, atuação coordenada, similaridade operacional e outros indícios juridicamente relevantes.

d.1.1.2) Antes da adoção de decisão desfavorável, o licitante será convocado para manifestação, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável.

d.2) Constatada a existência de sanção impeditiva ou de ausência de condição de participação, o licitante será **inabilitado** ou **desclassificado**, conforme a fase em que a irregularidade for constatada.

d.3) Não havendo impeditivos, a habilitação do fornecedor poderá ser verificada por meio do **SICAF**, relativamente aos documentos por ele abrangidos.

d.3.1) É de responsabilidade do licitante manter atualizados os documentos constantes dos sistemas oficiais utilizados pela Administração, para que estejam vigentes na data da sessão pública ou da convocação para habilitação.

d.3.2) Caso os documentos não estejam atualizados nos sistemas consultados, o licitante deverá apresentá-los na forma exigida pelo edital, sob pena de inabilitação, ressalvada a possibilidade de emissão direta pela Administração nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores, quando cabível.

7.2. APRESENTAÇÃO E APROVEITAMENTO DE DOCUMENTOS

e) Os documentos exigidos para fins de habilitação que já constem em **sistemas oficiais**, em cadastros públicos ou em bases eletrônicas acessíveis à Administração poderão ser consultados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a), desde que estejam **válidos, atualizados e aptos à verificação eletrônica**.

f) Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por meio eletrônico, em formato digital, observadas as exigências do edital, admitida posterior verificação de autenticidade e validade pela Administração.

7.3. REGRAS PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)

g) As **ME, EPP e MEI** deverão apresentar toda a documentação de habilitação exigida, ainda que contenha restrições quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, observando-se o tratamento favorecido previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**.

7.4. RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

h) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, assumindo o ônus por eventual perda de negócios decorrente da inobservância de mensagens do sistema ou de sua desconexão.

i) Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

j) Não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas antes da abertura da sessão, sendo esta definida somente após os procedimentos de disputa, negociação e julgamento.

k) Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro no sistema eletrônico.

l) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do **menor valor registrado**, sem identificação do licitante.

m) Em caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) durante a etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para envio de novos lances.

n) Se a desconexão do sistema eletrônico do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo que comprometa a continuidade regular da sessão, esta poderá ser suspensa e reiniciada posteriormente, mediante comunicação prévia aos participantes no próprio sistema eletrônico.

7.5. PUBLICIDADE E ACESSO ÀS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

o) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para análise do(a) Pregoeiro(a) e, quando cabível, para acesso público, após o encerramento da fase competitiva, observadas as regras do sistema eletrônico, a legislação aplicável e a proteção de informações sigilosas.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

a) A proposta deverá ser formulada de acordo com o **valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas**, e assinada **eletronicamente com certificação digital ICP-Brasil** pelo **representante legal do licitante** (ou seu procurador qualificado).

O documento deverá conter, conforme modelo definido neste edital:

- **Identificação da licitação;**
- **CNPJ e nome empresarial completo do licitante;**
- **Descrição do produto/serviço ofertado** para cada **item e/ou lote** da licitação, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I);
- **Valor global, preços unitários e globais por item e/ou lote**, cotados em moeda corrente nacional (R\$);
- **Prazo de validade da proposta**, que **não poderá ser inferior ao estabelecido no edital**.

a.1) A **proposta definitiva** deverá **obrigatoriamente observar os preços unitários máximos** fixados na **planilha de composição de preços do edital e seus anexos**, sob pena de **desclassificação**, independentemente do critério de disputa e da composição dos lotes.

a.2) O(a) **pregoeiro(a)** **poderá corrigir erros materiais ou falhas evidentes** nas propostas que **não comprometam sua substância ou validade jurídica**, atribuindo-lhes eficácia **para fins de classificação**, nos termos do **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.3) Os preços deverão ser cotados em **reais (R\$)**, **com até duas casas decimais após a vírgula**. **Valores além da segunda casa decimal serão desconsiderados pelo sistema**.

b) Nos termos do **§1º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante deverá **declarar, sob pena de desclassificação**, que sua **proposta econômica compreende a totalidade dos custos necessários** ao cumprimento dos **direitos trabalhistas assegurados** pela **Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento**

de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante no Anexo V deste edital.

c) Nos termos do artigo 82, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante **poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital**, obrigando-se a **cumprir o fornecimento nos limites da proposta apresentada**, garantindo o atendimento às condições mínimas exigidas pela Administração.

9. OS RECURSOS

a) Qualquer licitante poderá **manifestar, em campo próprio do sistema**, de forma **imediata e motivada**, sua intenção de recorrer, sob pena de **preclusão**, em relação às fases de **julgamento e habilitação**, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das **razões recursais** após a formalização do término da etapa que antecede a **adjudicação**, nos termos do **artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) As **razões recursais** devem ser apresentadas **exclusivamente por meio eletrônico**, com **certificação digital ICP-Brasil**.

a.2) Os demais licitantes serão **automaticamente intimados a apresentar contrarrazões** ao recurso **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, **devendo ser assinadas com certificação digital ICP-Brasil**.

b) A **ausência da apresentação das razões recursais no prazo fixado** resultará na **decadência do direito de recorrer**, conforme **artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) As **razões e contrarrazões de recurso** que não forem apresentadas conforme as disposições anteriores, ou que forem **subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para representar o licitante**, não serão conhecidas pelo(a) **pregoeiro(a)**.

d) Os autos do **processo administrativo de licitação** estarão à disposição dos interessados no **Portal da Transparência do Município**, no site: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

e) O **acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento**, não afetando os demais atos válidos do procedimento licitatório.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

a) Após a **análise da aceitabilidade da proposta**, regularidade da documentação e **habilitação do licitante vencedor**, bem como eventual **verificação de amostras exigidas**, o(a) **pregoeiro(a)** **encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para adjudicação e homologação**, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será permitida a **adjudicação e homologação parcial** do procedimento licitatório, quando o objeto licitado **for dividido em lotes distintos**, conforme **critérios previamente estabelecidos no edital**.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

a) O adjudicatário será notificado para assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, ou de outro instrumento equivalente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital, nos termos do **artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá encaminhar o contrato para assinatura por meio eletrônico ou por correspondência postal com aviso de recebimento, devendo o instrumento ser devolvido devidamente assinado no prazo fixado pela Administração.

b) Para assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá **manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital**, bem como apresentar os documentos complementares eventualmente exigidos pela Administração para formalização da contratação, nos termos da legislação aplicável.

c) Antes da assinatura do contrato, a Administração poderá realizar consulta aos **cadastros e sistemas oficiais aplicáveis**, com a finalidade de verificar a regularidade da empresa adjudicatária e a manutenção das condições necessárias à contratação.

d) Os pagamentos serão condicionados à prévia indicação, pelo credor, dos **dados bancários** para crédito em conta de sua titularidade, na forma admitida pela Administração e em conformidade com a legislação vigente.

e) Caso o adjudicatário não apresente as comprovações exigidas ou se recuse a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração da contratação, nas condições previstas no **artigo 90, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, sem prejuízo da eventual revogação da licitação, quando cabível.

e.1) A recusa injustificada do adjudicatário, ou a apresentação de justificativa não aceita pela Administração, poderá resultar na aplicação das **sanções administrativas cabíveis**, nos termos do **artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e.2) Se nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos estabelecidos, o Município poderá convocar os remanescentes, observada a ordem de classificação, para assinatura do contrato nas condições por eles ofertadas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

f) A **execução dos serviços, a medição, o ateste e o pagamento** serão realizados nos prazos, locais, condições e formas estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência, na minuta contratual e nos demais anexos, garantindo a regularidade da execução contratual.

g) Em caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para a mora, será aplicada a correspondente **compensação financeira**, na forma prevista na legislação aplicável e nas disposições contratuais.

h) Antes de cada pagamento, a Administração poderá verificar, nos **cadastros, sistemas e bases oficiais pertinentes**, a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como exigir a documentação necessária à regular liquidação da despesa, nos termos do edital, do contrato e da legislação vigente.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) O licitante ou contratado que praticar **infração administrativa** ficará sujeito às sanções previstas no **art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual **responsabilização civil e penal**.

b) Constituem **sanções administrativas aplicáveis**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – **advertência**;

II – **multa**;

III – **impedimento de licitar e contratar**;

IV – **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

c) A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) A sanção de **multa** será aplicada nas hipóteses previstas no Edital, no contrato e na legislação aplicável, **não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30%**, calculada sobre o valor do

contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do **art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) A **multa moratória**, em caso de **atraso injustificado** na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, limitada ao percentual máximo previsto em lei e sem prejuízo da possibilidade de **rescisão contratual** e aplicação de outras sanções cabíveis.

f) A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

g) A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

h) A aplicação das sanções observará a **natureza e a gravidade da infração**, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da **proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa**.

i) A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** dependerá de **processo de responsabilização**, a ser conduzido nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o **contraditório** e a **ampla defesa**.

j) A **multa** poderá ser aplicada **cumulativamente** com as demais sanções previstas neste item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) Se a **multa aplicada** e as **indenizações cabíveis** forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser **cobrada judicialmente**.

l) A aplicação das sanções previstas neste item **não exclui**, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Administração Pública.

m) Sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, eventual **responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas** pela prática de atos contra a Administração Pública observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.

n) As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.

o) Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e demais normas aplicáveis.

13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes **declaram conhecer e se comprometer a cumprir** as normas de **prevenção à corrupção** estabelecidas na legislação brasileira, incluindo a **Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992)** e a **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, além de seus regulamentos.

Para a execução deste contrato, **nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou prometer qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou benefício indevido a quem quer que seja, direta ou indiretamente**.

- Também é vedada qualquer forma de manipulação ou fraude que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- O mesmo compromisso deverá ser assegurado por prepostos, administradores e colaboradores das partes envolvidas, garantindo a ética e a transparência na execução do contrato.

14. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

- a) O Município realizará **todas as retenções tributárias exigidas por lei**, observando as disposições da **legislação federal, estadual e municipal aplicáveis**.
- b) O Município efetuará a **retenção do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos pelo ente público municipal**, conforme a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012** da Receita Federal, que regulamenta a aplicação do **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.
- b.1) As **alíquotas aplicáveis** serão aquelas previstas nos **anexos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**, bem como nas normas complementares da Receita Federal do Brasil, nos termos do **artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996**.
- b.2) As **hipóteses de retenção do imposto de renda na fonte**, bem como eventuais **deduções na base de cálculo**, deverão ser **explicitamente informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas**, assim como os casos de **isenção ou dispensa de retenção**, nos termos da **IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**.
- b.3) As **retenções serão efetuadas no momento do pagamento** dos valores devidos pela **prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados**, desde que devidamente **atestados e liquidados**, mediante recolhimento aos cofres municipais, conforme disposto no **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Todas as **referências de tempo** deste Edital correspondem ao **horário oficial de Brasília-DF**, nos termos do **Decreto Federal nº 6.932/2009**.
- b) Caso ocorra **decretação de feriado** ou outro fato **superveniente** que **impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas** na data designada no Edital, esta será automaticamente transferida para o **primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, sem necessidade de nova comunicação**.
- c) O(a) **pregoeiro(a)** poderá, se necessário, **promover diligências** para esclarecer ou **complementar informações** constantes do processo licitatório, nos termos do **artigo 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) O licitante será responsável por eventuais **perdas de negócios** decorrentes da **inobservância de mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico**, ainda que ocorra **desconexão durante o certame**, conforme previsto no **artigo 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- e) A **não apresentação de qualquer documento exigido** ou a **apresentação com prazo de validade expirado** resultará na **desclassificação ou inabilitação do licitante**, salvo se for possível a **regularização nos termos do artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- f) A **contratada** deverá garantir livre acesso da **Administração e dos órgãos de controle interno e externo** aos **documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado**, sempre que solicitado, garantindo **transparência e fiscalização efetiva**.
- g) Os **documentos que não mencionarem prazo de validade** serão considerados válidos por **90 (noventa) dias a partir da data de emissão**, salvo disposição legal em contrário ou indicação específica no edital.

h) Os licitantes encaminharão os **documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico** indicado no **item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico**. O(a) pregoeiro(a) poderá **verificar a autenticidade e veracidade dos documentos apresentados**, garantindo **conformidade com as exigências do certame**.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá **relevar falhas meramente formais** que não **comprometam a lisura do processo e o conteúdo essencial da proposta**, podendo ainda **promover diligências para esclarecer ou complementar informações**, inclusive **solicitando pareceres técnicos**, conforme o **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

j) A realização desta **licitação não implica obrigação de contratação total ou parcial do montante estimado**. A autoridade competente poderá **revogar o certame total ou parcialmente por razões de interesse público ou anulá-lo por ilegalidade**, mediante **decisão fundamentada**, assegurando o **contraditório e a ampla defesa**, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

k) O **foro competente para dirimir eventuais questões não solucionadas administrativamente** será o da **Comarca de São João, PR**, conforme estabelecido na legislação aplicável.

O servidor responsável pela **subscrição deste Edital e seus anexos declara que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Gestor Municipal**.

Município de São João, em 04 de maio de 2026.

Anderson Camargo Cardoso
Agente de Contratação

Joni Zanella Ferreira
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente termo é a Contratação de empresa para prestação de serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados entre Departamentos, visando atender as demandas das diversas Secretarias deste Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 - SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA E TRANSPORTE DE DADOS ENTRE UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO					
Item	Descrição	Qtde	Und	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>Link Dedicado de Internet Full Duplex, entregue através de Fibra Ótica, no Switch da Administração da Prefeitura Municipal de São João, com disponibilidade de 05-IP's (IPv4) e FIXOS REAL (VALIDOS). Tecnologia Fibra Óptica, Capacidade 1GB (full)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Secretaria de Saúde (Posto de Saúde Municipal) na Rua Santo Antônio n° 623 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Escola Municipal Castro Alves, localizado na Avenida Brasil n° 396 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Escola Municipal São João, localizada na Avenida Aldino Scholz, Bairro Cristo Rei (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Secretaria de Agricultura localizada na Avenida Paraná n° 430 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos (Pátio de Máquinas)</p>	12	Meses	R\$ 10.280,00	R\$ 123.360,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

<p>localizada na Avenida Paraná n° 430 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o Departamento de Esportes (Ginásio Municipal Ivo Pedro Feiten) localizada na Rua Itália n° 585 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, localizada na Rua São Miguel n° 772 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Secretaria de Assistência Social e CRAS, localizada na Avenida Paraná n° 525 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o CMEI Irineo Sperotto, localizada na Rua Itália n° 579 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o Centro de Saúde Aldino Scholz, localizada na Avenida Paraná n° 576 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Casa Lar Anjo da Guarda, localizada na Avenida Paraná (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o Conselho Tutelar, localizado na Rua Arnaldo Busato n° 535 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a</p>				
---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

<p>Delegacia de Polícia Civil, localizada na Rua Santo Antônio nº 601 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o Destacamento da Polícia Militar, localizada na Avenida Brasil, nº 436 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o Pronto Atendimento Municipal (PAM), localizada na Avenida XV de Novembro (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Secretaria de Educação, localizada na Avenida XV de Novembro (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Galha Azul, localizada na Rua Iguaçu, nº 841 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o CMEI Nossa Senhora Aparecida, localizada na Rua B, nº 01 (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Unidade de Saúde do Bairro Novo Horizonte, localizada na Rua B (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Escola Nossa Senhora de Fátima (Dois Irmãos), localizada na Rua Duque de Caxias, Distrito de Dois Irmãos (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da</p>				
---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

<p>Prefeitura Municipal de São João e a Unidade de Saúde de Dois Irmãos , localizada na Rua Duque de Caxias, Distrito de Dois Irmãos (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Escola Nossa Senhora de Lourdes (Nova Lourdes), localizada na Av. XV de Novembro, Distrito de Nova Lourdes (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Unidade de Saúde de Nova Lourdes, localizada no Distrito de Nova Lourdes (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Escola São Pedro (Ouro Verde), localizada na Rua 24 de julho, Distrito de Ouro Verde (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Unidade de Saúde de Ouro Verde, localizada no Distrito de Ouro Verde (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Escola Imaculada Conceição (Vila Paraíso), localizada na Rua 1 de maio, Distrito de Vila Paraíso (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Unidade de Saúde de Vila Paraíso, localizada no Distrito de Vila Paraíso (São João-PR)</p> <p>- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o Ginásio Municipal Izaltino Rossi localizada na Rua São Francisco (São João-PR)</p>				
--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

	<ul style="list-style-type: none">- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o Centro de Treinamento de Taekwondo e Karatê, localizada na Rua 25 de Julho (São João-PR)- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e o Centro de Eventos Municipal Gentil Bonissoni, localizado no Parque Ambiental(São João-PR)- Transporte IP com suporte a Tunelamento, VLAN e roteamento TCP-IP, através da Tecnologia de Fibra Óptica, entre a Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e a Casa da Cultura, localizada na Rua General Osório, 140 (São João-PR) Tecnologia Fibra Óptica – Capacidade 300 MB (full) em cada ponto.				
2	Taxa de Ativação (Parcela Única)	1	Serviço	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Valor Total do Lote				R\$ 133.360,00	

☐ Deve ser solicitada a apresentação de catálogo/ficha técnica do produto ofertado pela proponente

☒ Não é necessária a apresentação de catálogo/ficha técnica do produto ofertado pela proponente

☒ Eletrônico

☐ Presencial. Justificativa:

☒ Global. Justificativa: A definição da forma de julgamento por contratação global para o presente objeto fundamenta-se na natureza técnica e operacional do serviço de fornecimento de acesso à internet, bem como na necessidade de garantir a adequada execução contratual, a eficiência administrativa e a vantajosidade para a Administração Pública.

O objeto da contratação consiste na prestação de serviço contínuo e integrado de conectividade, envolvendo não apenas o fornecimento de link de internet, mas também a disponibilização de infraestrutura, suporte técnico, manutenção, monitoramento e garantia de níveis mínimos de desempenho (SLA), os quais devem ser executados de forma coordenada e uniforme.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

Nesse contexto, a eventual divisão do objeto em itens ou lotes distintos, com a contratação de múltiplos fornecedores, poderia comprometer a eficiência da execução contratual, uma vez que a prestação do serviço depende de integração técnica entre os elementos que compõem a solução, tais como equipamentos, enlaces, roteamento, gerenciamento de rede e suporte técnico especializado.

A fragmentação da contratação poderia resultar em dificuldades operacionais, incluindo conflitos de responsabilidade entre fornecedores, especialmente em situações de falhas na conexão, indisponibilidade do serviço ou necessidade de manutenção corretiva, dificultando a identificação do responsável e comprometendo a celeridade na solução de problemas, o que, por consequência, poderia impactar negativamente a continuidade dos serviços públicos.

Além disso, a contratação global favorece a padronização dos serviços prestados, garantindo uniformidade nos níveis de qualidade, desempenho e atendimento, bem como possibilita maior eficiência na gestão e fiscalização contratual por parte da Administração, reduzindo a complexidade operacional e os custos administrativos envolvidos no acompanhamento de múltiplos contratos.

Sob o aspecto econômico, a contratação global também pode proporcionar ganhos de escala, permitindo que os licitantes apresentem propostas mais vantajosas, considerando o volume total da contratação e a otimização dos recursos necessários para execução do objeto.

Importante destacar que a adoção da contratação global encontra respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no disposto no art. 40, §3º, incisos I e II, que admitem a não divisão do objeto quando houver prejuízo à economia de escala ou quando a sua fragmentação comprometer o conjunto ou o complexo da contratação.

No presente caso, verifica-se que a divisão do objeto não se mostra tecnicamente recomendável, uma vez que o serviço de fornecimento de acesso à internet constitui solução integrada, cuja execução demanda responsabilidade centralizada, interoperabilidade dos sistemas e atuação coordenada do prestador de serviços.

Dessa forma, a adoção do critério de julgamento por contratação global mostra-se a medida mais adequada para assegurar a eficiência, a continuidade e a qualidade do serviço a ser prestado, bem como para resguardar a Administração quanto a eventuais riscos operacionais e contratuais, garantindo, ainda, a obtenção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

☐ Por Grupo. Justificativa:

☐ Por Item

☐ Sistema de Registro de Preços (SRP)

☒ Licitação Tradicional

☐ **Com exclusividade** para ME/EPP/Equiparadas (LC nº 123/2006), nas contratações de até R\$ 80.000,00

☒ **Sem exclusividade para ME/EPP/Equiparadas:** O Decreto Municipal nº 3.070/2023 estabelece que poderá ser concedida, de forma justificada, prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local ou regional, inclusive com a possibilidade de contratação por valor até **10% (dez por cento)** superior ao melhor preço válido, desde que compatível com o mercado e expressamente prevista no instrumento convocatório.

No contexto da presente contratação, a adoção dessa preferência mostra-se adequada e vantajosa, considerando que:

– a medida contribui para o fortalecimento da economia local e regional, promovendo a geração de emprego e renda no âmbito do Município e da região;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

- há potencial existência de fornecedores enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte aptos a atender ao objeto, sem prejuízo à competitividade do certame;
- a proximidade geográfica dos fornecedores tende a favorecer a execução contratual, especialmente quanto à agilidade no atendimento, suporte técnico, manutenção e solução de eventuais intercorrências;
- a medida está alinhada às diretrizes de desenvolvimento econômico local e regional sustentável previstas na legislação aplicável;
- não há indícios de que a adoção do benefício acarretará prejuízo à Administração, desde que observada a compatibilidade dos preços ofertados com os valores praticados no mercado.

Ademais, a aplicação do tratamento favorecido não compromete a seleção da proposta mais vantajosa, uma vez que permanece condicionada à demonstração de vantajosidade econômica, à compatibilidade do preço com o mercado e ao atendimento integral das exigências do edital e do objeto contratual, nos termos do Decreto Municipal nº 3.070/2023.

Dessa forma, justifica-se a previsão, no instrumento convocatório, da aplicação de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local e regional, nos termos do Decreto Municipal nº 3.070/2023, por se tratar de medida compatível com o interesse público, com a eficiência administrativa, com a economicidade e com a promoção do desenvolvimento econômico local e regional.

☐ Sem preferência para ME/EPP local/regional - Justificativa:

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Administração Pública Municipal, no desempenho de suas atribuições institucionais, depende de infraestrutura tecnológica robusta, segura e continuamente disponível, capaz de suportar a operação integrada dos sistemas informatizados utilizados pelas diversas Secretarias e Departamentos.

Nesse contexto, o serviço de acesso à internet banda larga aliado ao transporte de dados em rede corporativa estruturada não se configura como mera ferramenta acessória, mas sim como elemento essencial à execução das atividades administrativas, operacionais e finalísticas do Município, especialmente considerando a crescente digitalização dos serviços públicos.

A solução pretendida compreende não apenas o fornecimento de conectividade à internet, mas a implementação e manutenção de uma infraestrutura integrada de comunicação de dados, baseada em tecnologia de fibra óptica, com suporte a roteamento, tunelamento e segmentação de rede (VLAN), interligando de forma segura e eficiente todos os pontos da Administração Municipal.

A presente contratação justifica-se pelos seguintes fundamentos técnicos e administrativos:

I – Continuidade dos serviços públicos essenciais

A indisponibilidade ou instabilidade na conexão de dados compromete diretamente o funcionamento de sistemas críticos utilizados nas áreas de saúde, educação, assistência social, arrecadação tributária, gestão administrativa e atendimento ao cidadão, podendo ocasionar prejuízos à prestação dos serviços públicos e à coletividade.

II – Necessidade de rede corporativa integrada e segura

A interligação dos diversos órgãos municipais por meio de rede estruturada permite o compartilhamento seguro de informações, o acesso centralizado a sistemas e bancos de dados e a padronização dos fluxos administrativos, reduzindo riscos de inconsistências, perda de dados e vulnerabilidades de segurança da informação.

III – Exigência de desempenho, estabilidade e níveis de serviço (SLA)

Considerando a criticidade das atividades desempenhadas, faz-se necessária a contratação de solução que garanta alta disponibilidade, baixa latência e suporte técnico especializado, com prazos reduzidos para atendimento e solução de falhas, assegurando a continuidade operacional dos serviços públicos.

IV – Eficiência administrativa e produtividade dos serviços públicos

A disponibilidade de conexão estável e de alta capacidade contribui diretamente para a melhoria da produtividade dos servidores, redução de retrabalhos, agilidade na tramitação de processos administrativos e ampliação da capacidade de atendimento à população.

V – Centralização da responsabilidade técnica e operacional

A adoção de solução integrada, com único prestador responsável pela conectividade e pelo transporte de dados, permite maior controle contratual, simplificação da gestão e mitigação de riscos operacionais, especialmente quanto à identificação e resolução de falhas na rede.

VI – Adequação às diretrizes legais e aos princípios da Administração Pública

A contratação atende aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes de modernização da gestão pública e transformação digital.

VII – Atendimento à demanda atual e futura da Administração

A expansão dos serviços digitais, o aumento do volume de dados trafegados e a necessidade de integração entre unidades administrativas exigem solução escalável e tecnicamente adequada, capaz de suportar o crescimento das demandas institucionais.

Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade, adequação e indispensabilidade da contratação, sendo a solução proposta a mais compatível com as exigências técnicas e operacionais da Administração Municipal, assegurando a continuidade, eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos

3. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:

3.1. A vigência e a execução do contrato serão de 12 (doze) meses, contatos a partir da emissão do contrato, podendo ser prorrogadas a critério da administração, nos termos da Lei 14.133/21.

3.2. Em caso de prorrogação dos prazos de execução e vigência, os valores poderão sofrer reajuste anual a ser calculado com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contada da data de início/assinatura do contrato

4. DO VALOR

4.1. O valor estimado é o valor máximo aceitável para efeito de adjudicação, tendo sido obtido com base na média dos preços obtidos em consulta junto à fornecedores.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos necessários, em “COMODATO”, para execução dos serviços de internet e conexões com boa qualidade, em todos os locais descritos no objeto, tanto nos serviços de conexão à internet bem como nos serviços de transporte de dados;

5.2. A CONTRATADA deverá instalar e realizar as necessárias conexões, comandos e configurações necessárias ao funcionamento dos sistemas nos locais descritos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após assinatura do contrato;

5.3. Os produtos/serviços deverão ser executados, sem que haja qualquer ônus ao Município de São João, com exceção aos fixados em Edital;

- 5.4. A CONTRATADA deverá fornecer, também, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de todas as peças necessárias ao bom funcionamento dos serviços;
- 5.5. Fornecer os serviços com as características mínimas constantes nesse termo, ou com tecnologia superior, em pleno funcionamento;
- 5.6. Não subcontratar o objeto;
- 5.7. A CONTRATADA se responsabiliza pela manutenção preventiva de seus equipamentos, que deverá ser realizada de acordo com a orientação do fabricante, para prevenir a ocorrência de quebras ou defeitos, conservando-os em perfeito estado de funcionamento, sem descontinuidade na prestação dos serviços.
- 5.8. Manter durante todo o período do registro, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a capacidade técnica operativa.
- 5.9. Comunicar o Departamento de Licitações, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou de iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos ou a qualidade dos serviços;
- 5.10. Os tempos máximos para atendimento e soluções de problemas por parte da CONTRATADA serão contados a partir da abertura do chamado técnico, que deverá ser efetuado pelo representante da CONTRATANTE.
- 5.11. Realizar a manutenção corretiva, mediante chamado técnico de servidor da Administração, o qual deverá ser atendida, após notificação/chamada, em até 01 (uma) hora (circuitos urbanos) e 02 (duas) horas (circuitos rurais).
- 5.12. Define-se como **“Tempo de Atendimento ao Chamado”** o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado feito pela CONTRATANTE e o horário de chegada do técnico ao local de atendimento;
- 5.13. O tempo de solução do problema/defeito, não poderá ultrapassar 02 (duas) horas;
- 5.13.1. Ficam excetuados dos prazos previstos no item 5.13. os problemas provocados por intempéries ou mesmo acidentes que interrompam as conexões com fibra ótica e/ou problemas com fornecimento pelas Operadores de Telecomunicação (a interrupção deverá ser justificada);
- 5.14. Define-se como **“Tempo de solução do problema”**, ao período compreendido entre o horário de chegada do técnico ao local de atendimento e o horário do término da solução, devidamente registrados em documento;
- 5.15. O “Chamado técnico para manutenção corretiva”, ou suporte técnico será efetuado pelo representante da CONTRATANTE por meio de telefone ou outro meio à disposição (email, WhatsApp, etc);
- 5.16. Entende-se por **“Solução do problema”**, a identificação e adoção de medidas corretivas a serem implementadas para sanar o problema que resultou a abertura do chamado;
- 5.17. Decorrido o prazo estipulado no chamado, sem que tenha havido a correção dos problemas ou mesmo justificativa da contratada, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do Município de São João, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas 14.133/2021 e alterações.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

6.1. Conforme dispõe o artigo 117 da Lei nº 14.133/21:

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos

estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações

6.2. O fiscal e o gestor do contrato serão indicados pela contratante, dentre seus técnicos e/ou servidores, capacitados para exercerem essas funções.

6.3. Caberá a **GESTÃO DO CONTRATO** a senhora **Simone Zanella Ferreira**, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometidas pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

6.4. Caberá ao **FISCAL DO CONTRATO**, a senhora **Allana Thayná da Silva**, e ao **FISCAL SUBSTITUTO**, o senhor **Michel Rodrigo dos Santos**, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

6.5. Além disso a fiscalização, a contar da formalização deste Contrato, baseada no registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente no art. 137 da Lei 14.133/21 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

6.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

6.7. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao Gestor da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, como documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

6.8. Com base no art. 136 da Lei nº 14.133/21 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, msg, etc).

7. DA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA

7.1. Serão exigidos somente das proponentes classificadas os seguintes documentos:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1.2. Registro comercial, para empresa individual;

7.1.1.3. Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

7.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.5. Alvará em vigência.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) em plena validade;

7.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS)**;

7.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF)** ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data da sessão.

7.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**).

7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1. Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica em até 90 (noventa) dias antes da data prevista para apresentação.

7.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante apresentação de no mínimo 01 (um) atestado.

7.1.5. DECLARAÇÕES

7.1.5.1. Declaração Unificada.

7.1.6. OUTROS

7.1.6.1. Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optarem pelos benefícios da Lei Complementar nº 147/2014, apresentar:

7.1.6.1.1. Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte; expedida em data não anterior a 12 (doze) meses da data prevista para apresentação dos envelopes.

São João, 24 de março de 2026.

Simone Zanella Ferreira
Secretária de Administração e Finanças



Kátia Cristina Dalpiva Hartmann

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

Andrieli Borsati

Secretária de Assistência Social

Grazieli Sbisigo

Secretária de Cultura, Esportes e Turismo

Tânia Aparecida Huppes

Secretária de Educação

Renato Augusto Marcon Pesibiczski

Secretária de Saúde

Paulo Sérgio Girardi

Secretário de Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos

Joni Zanella Ferreira

Prefeito Municipal

ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e nos casos em que, pela própria natureza, forem emitidos exclusivamente em nome da matriz.

Será aceita a apresentação de registros de CNPJ distintos (matriz e filial) para CND e CRF/FGTS, desde que comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O licitante convocado deverá encaminhar os documentos de habilitação exclusivamente por meio eletrônico, pelo sistema do pregão, conforme regras do edital.

2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, para empresa individual;
- b) Ato constitutivo, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Alvará de funcionamento vigente.

2.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de inscrição no CNPJ, válido;
- b) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da CND ou CPEND de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social;
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou equivalente;
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou equivalente;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, válido na data da apresentação;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias antes da data prevista para apresentação, salvo se constar prazo de validade próprio no documento.

2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou executa serviços compatíveis com o objeto da licitação, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado;

b) Comprovação de aptidão para prestação de serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados, com características compatíveis com o objeto licitado, incluindo, quando constar do atestado, serviços de link dedicado, transmissão por fibra óptica, transporte IP, suporte a VLAN, tunelamento, roteamento TCP/IP, instalação, ativação, suporte técnico e manutenção;

c) Documento que comprove a regularidade da empresa para prestação dos serviços de telecomunicações, quando exigido pela legislação setorial aplicável;

d) Declaração ou documento equivalente indicando que a licitante dispõe de estrutura técnica e operacional compatível para atendimento, suporte e manutenção dos serviços durante a execução contratual;

e) Indicação de responsável técnico ou preposto técnico, quando exigido no Termo de Referência, para acompanhamento da execução dos serviços e interlocução com a Administração.

2.5 DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Declaração Unificada, conforme modelo do edital;

b) Declaração de que a proposta contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive instalação, ativação, equipamentos, materiais, mão de obra, suporte técnico, manutenção, deslocamentos, tributos, encargos sociais e quaisquer outras despesas necessárias ao pleno atendimento do objeto;

c) Declaração de que dispõe, ou de que disporá até o início da execução contratual, de equipe técnica e meios operacionais suficientes para atendimento dos chamados técnicos nos prazos estabelecidos no Termo de Referência;

d) Declaração de cumprimento das especificações técnicas, níveis mínimos de serviço e demais exigências previstas no Termo de Referência.

2.6 OUTROS (ME/EPP – QUANDO APLICÁVEL)

Para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que optarem pelos benefícios previstos na legislação aplicável, deverá ser apresentada Certidão Simplificada da Junta Comercial do respectivo Estado, comprovando o enquadramento como ME ou EPP, expedida em data não anterior a 12 (doze) meses da data prevista para apresentação, salvo disposição diversa no edital.

3. REGRAS GERAIS

- a) Todos os documentos devem identificar o licitante, com razão social e CNPJ;
- b) Os documentos deverão estar válidos na data de apresentação, salvo hipóteses legais de regularização aplicáveis;
- c) Poderão ser realizadas diligências para esclarecimento, complementação e confirmação da autenticidade, validade e conteúdo dos documentos apresentados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) A documentação relativa à qualificação técnica deverá guardar pertinência com o objeto licitado, admitindo-se atestados de serviços similares e compatíveis em características, quantidades e prazos.

ANEXO III - MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/XXXX
DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor: _____
CNPJ/CPF: _____
Inscrição Municipal: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ **CEP:** _____ **Cidade:** _____
Estado: _____
Telefone: _____ **Fax:** _____
E-mail: _____
Banco: _____
Agência: _____
Conta Corrente: _____

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente proposta tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados entre os diversos departamentos e secretarias do Município de São João/PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALORES

Item	Descrição do Objeto	Exigências Complementares	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Link dedicado de internet full duplex, entregue através de fibra óptica, no switch da Administração da Prefeitura Municipal de São João, com disponibilidade de 05 IPs (IPv4) fixos reais e válidos, bem como transporte IP com suporte a tunelamento, VLAN e roteamento TCP/IP, através de tecnologia de fibra óptica, entre a sede da Administração Municipal e os diversos departamentos, secretarias e prédios públicos elencados no Termo de Referência	Execução conforme Termo de Referência, incluindo fornecimento mensal dos serviços, suporte técnico, manutenção corretiva, atendimento aos chamados, garantia de conectividade e demais obrigações previstas no edital e no TR	Mês	12		
2	Taxa de ativação (parcela única)	Compreende instalação, ativação, conexões, comandos, configurações e demais providências técnicas necessárias ao pleno funcionamento da solução contratada, conforme Termo de Referência	Serviço	1		

Observação: O valor acima corresponde ao preço global da contratação, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive instalação, ativação, equipamentos, materiais, suporte técnico, manutenção, tributos, encargos e demais despesas previstas no edital e no Termo de Referência.

3. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade desta proposta é de ____ (____) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

4. RESPONSABILIDADE SOBRE A QUALIDADE E INTEGRIDADE DOS PRODUTOS

A empresa proponente/vencedora será responsável pela adequada execução dos serviços durante toda a vigência contratual e demais condições estabelecidas, observando integralmente o Edital, o Termo de Referência, as ordens de serviço e as orientações da fiscalização/gestão do contrato.

4.1. Em caso de inexecução, execução inadequada, desconformidade dos serviços ou descumprimento das obrigações contratuais, caberá à Contratada promover a imediata regularização, incluindo reparos, substituições, restabelecimento da conectividade, suporte técnico e adoção das medidas necessárias ao fiel cumprimento do objeto, nos termos do Edital, do contrato e da legislação vigente.

5. DECLARAÇÕES DO LICITANTE

5.1. O licitante declara expressamente que sua proposta atende integralmente às exigências técnicas estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), inclusive quanto à disponibilização dos serviços, suporte técnico, manutenção, prazos de atendimento, características de conectividade e condições operacionais exigidas.

5.2. O licitante declara, sob as penas da lei, que sua proposta inclui todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive despesas com instalação, ativação, equipamentos, infraestrutura, materiais, mão de obra, suporte técnico, manutenção, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, administrativos, deslocamentos e demais custos incidentes, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. O licitante declara ciência de que a execução dos serviços deverá observar integralmente as condições, prazos, níveis mínimos de serviço e orientações da fiscalização/gestão do contrato, mantendo regularidade e continuidade dos serviços durante toda a vigência contratual.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IV- MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada por **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO:

_____, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES:

Por este instrumento, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** os mais amplos e gerais poderes para, em seu nome, representá-lo no **Pregão Eletrônico nº /**, podendo, para tanto:

- Protocolar e receber documentos;
- Assinar declarações, propostas, contratos de fornecimento e demais documentos exigidos no certame;
- Prestar esclarecimentos e responder a diligências solicitadas pelo pregoeiro(a) ou pela equipe de apoio;
- Apresentar recursos administrativos e contrarrazões, assinando todos os documentos pertinentes;
- Efetuar e efetivar lances durante a fase competitiva do pregão eletrônico;
- Participar das fases de negociação e julgamento de propostas, conforme os critérios estabelecidos no edital;
- Acompanhar o procedimento licitatório até sua finalização, assinando os documentos necessários à formalização do ajuste;
- Praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, nos termos do edital e da legislação aplicável.

A presente procuração é concedida em caráter **(revogável ou irrevogável, conforme aplicável)** e vigorará até a conclusão do certame ou até que seja formalmente revogada pelo Outorgante. O Outorgado se compromete a atuar dentro dos limites da legislação vigente, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a observar as disposições do **edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, respondendo integralmente por seus atos perante a Administração Pública e eventuais terceiros interessados.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

OUTORGANTE

Nome: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este documento deve ser impresso em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone e assinatura do representante legal.)

À

Prefeitura Municipal de São João

Av. XV de Novembro, 160 – Centro

CEP 85.570-000 – São João – PR

Senhor(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a)/Comissão de Contratação,

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ nº **[NÚMERO]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO]**, por meio de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

☐ **(Marcar se aplicável)** Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, enquadra-se como **Microempresa (ME)**, **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** ou **Cooperativa equiparada**, não havendo fatos supervenientes que alterem essa condição.

1. CONFORMIDADE LEGAL E HABILITAÇÃO

1.1. Está ciente e concorda com todas as condições do edital/aviso de contratação e seus anexos, bem como com a legislação aplicável, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.2. Atende às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme exigido no instrumento convocatório.

1.3. Não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar eventual fato superveniente impeditivo.

2. REGULARIDADE TRABALHISTA E PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

2.1. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

2.2. Cumpre a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho aplicável, assumindo responsabilidade por encargos decorrentes da execução contratual.

3. AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS E MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES

3.1. Declara a autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados no processo.

3.2. Compromete-se a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

3.3. Declara que não foi declarada inidônea e que não se encontra suspensa ou impedida de licitar/contratar, ressalvadas as hipóteses legalmente informadas e comprovadas.

4. PROPOSTA E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

4.1. A proposta apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive tributos, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas incidentes.

4.2. Declara que o objeto ofertado atende integralmente às especificações técnicas, quantitativos e condições de execução/fornecimento previstas no Termo de Referência, Projeto Básico ou documento equivalente.

4.3. Compromete-se a substituir/corrigir, às suas expensas, quaisquer itens/serviços em desconformidade com o instrumento convocatório e com a proposta apresentada, nos prazos fixados pela Administração.

5. RESERVA DE CARGOS E ACESSIBILIDADE (QUANDO APLICÁVEL)

5.1. Declara cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, especialmente quanto à contratação de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

5.2. Declara observar as normas relativas à acessibilidade e demais obrigações legais correlatas, quando exigíveis em razão do objeto.

6. RELAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.1. Em atendimento às orientações dos órgãos de controle, declara que seus sócios, dirigentes, administradores e representantes legais:

- não possuem impedimento legal para contratar com o Município de São João/PR;
- não participam do presente certame em situação que caracterize conflito de interesses;
- não mantêm vínculo que configure vedação legal com agentes públicos diretamente envolvidos no processo, nos termos da legislação aplicável.

6.2. Declara ciência de que a constatação de declaração falsa sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

7. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

7.1. Declara que observa a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, em especial a **Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD)**, comprometendo-se a adotar as medidas necessárias ao tratamento adequado dos dados eventualmente envolvidos na execução contratual.

8. DADOS PARA ASSINATURA DA ATA/CONTRATO

8.1. Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, indica o(a) seguinte representante legal:

- **Nome:** [NOME DO RESPONSÁVEL]
- **RG nº:** [NÚMERO]
- **CPF nº:** [NÚMERO]
- **Cargo/Função:** [SÓCIO-ADMINISTRADOR/PROCURADOR/DIRETOR]

8.2. Declara que o representante acima possui poderes para assinar e assumir obrigações em nome da empresa, anexando, quando necessário, os documentos comprobatórios de representação.

9. DADOS PARA CONTATO E COMUNICAÇÕES

9.1. Para fins de comunicações oficiais relativas ao processo licitatório/contratação, indica:

- **E-mail:** [ENDEREÇO ELETRÔNICO]
- **Telefone:** ([DDD]) [NÚMERO]

9.2. Compromete-se a manter os dados atualizados e a comunicar formalmente à Administração qualquer alteração.

10. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO (QUANDO APLICÁVEL)

10.1. Indica como responsável pelo acompanhamento da execução contratual, quando exigido pela natureza do objeto:

- **Nome:** [NOME DO RESPONSÁVEL]
- **CPF nº:** [NÚMERO]
- **Cargo/Função:** [FUNÇÃO]
- **Telefone/E-mail:** [CONTATO]

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

[CIDADE], ____ de _____ de 20____.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[CARGO/FUNÇÃO]
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
CNPJ nº [NÚMERO]

ANEXO VI - LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE/DEPARTAMENTO/SECRETARIA

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade Atendida:

Diversos Departamentos e Secretarias do Município de São João/PR

Local de Execução dos Serviços:

Sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João e demais prédios públicos atendidos pela contratação, conforme descrito no Termo de Referência.

Endereço da Unidade Central:

Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, São João/PR, CEP 85.570-000.

Demais Pontos de Atendimento:

Os serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados deverão ser executados na sede da Administração Municipal e nos diversos departamentos, secretarias, unidades de saúde, escolas, CMEIs, unidades dos distritos e demais prédios públicos indicados no Termo de Referência.

Responsável pelo Acompanhamento/Recebimento:

Simone Zanella Ferreira – Responsável pela Demanda / Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Telefone: (46) 99101-6613

E-mail: saf@saojoao.pr.gov.br

Horário de Funcionamento / Execução (conforme TR): Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, durante toda a vigência contratual, observados os prazos de atendimento técnico, manutenção, suporte e restabelecimento previstos no Termo de Referência.

Observações Adicionais: Os serviços compreendem a disponibilização de link dedicado de internet banda larga, transporte de dados entre os diversos departamentos e secretarias, instalação, ativação, suporte técnico, manutenção corretiva e demais exigências previstas no Termo de Referência.

OBSERVAÇÕES:

1. A execução dos serviços deverá ocorrer na sede da Administração Municipal e nos demais pontos de atendimento indicados no Termo de Referência, observando integralmente as condições previstas no edital, no TR e no contrato.
2. O responsável pelo acompanhamento e recebimento deverá verificar a conformidade da execução com as condições contratuais, registrando eventuais irregularidades e providenciando as comunicações necessárias.
3. Caso haja necessidade de alinhamento operacional para instalação, ativação, configuração, suporte técnico ou manutenção, a contratada deverá contatar previamente o responsável designado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
4. Os chamados técnicos, atendimentos, manutenções e demais procedimentos operacionais deverão observar os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, garantindo a continuidade, estabilidade e regularidade dos serviços durante toda a vigência contratual.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo Licitatório nº. _____

Data da Assinatura: _____

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO**, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.422/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Joni Zanella Ferreira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por **[nome do representante legal, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone]**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90.031/2026**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados entre os diversos departamentos e secretarias do Município de São João/PR, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e demais anexos.

1.2. A execução do objeto contratado abrangerá, no mínimo:

a) a disponibilização de link dedicado de internet full duplex, entregue por meio de fibra óptica, na sede da Administração da Prefeitura Municipal de São João, com fornecimento de IPs fixos válidos, conforme especificações do Termo de Referência;

b) a prestação de serviços de transporte IP com suporte a tunelamento, VLAN e roteamento TCP/IP, por meio de tecnologia de fibra óptica, interligando a sede da Administração aos diversos departamentos, secretarias e demais unidades administrativas indicadas no Termo de Referência;

c) a instalação, ativação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento e demais providências necessárias ao pleno funcionamento da solução contratada;

d) a manutenção da continuidade, estabilidade, segurança e desempenho dos serviços durante toda a vigência contratual, observando os níveis mínimos de serviço, prazos de atendimento e solução definidos no Termo de Referência;

e) as demais atividades correlatas indispensáveis à plena e adequada execução do objeto contratado, nos termos do Termo de Referência, do Edital e da proposta vencedora.

1.3. O objeto compreende, em Lote único, a prestação dos serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados, incluindo link dedicado, interligação entre unidades, taxa de ativação e demais serviços correlatos, a ser executado conforme condições operacionais, técnicas e quantitativos definidos no Termo de Referência.

1.4. A execução dos serviços será iniciada mediante ordem de serviço ou ordem de início emitida pela Administração, após a formalização do contrato e demais providências administrativas necessárias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste contrato pelo valor total de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]), conforme os valores unitários e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Prestação de serviços de link dedicado de internet full duplex, entregue através de fibra óptica, no switch da Administração da Prefeitura Municipal de São João, com disponibilidade de 05 IPs (IPv4) fixos reais e válidos, bem como transporte IP com suporte a tunelamento, VLAN e roteamento TCP/IP, através de tecnologia de fibra óptica, entre a sede da Administração Municipal e os diversos departamentos, secretarias e prédios públicos elencados no Termo de Referência	Mês	12		
2	Taxa de ativação dos serviços, compreendendo a instalação, ativação, conexões, comandos, configurações e demais providências técnicas necessárias ao pleno funcionamento da solução contratada	Serviço	1		

2.1.1. A **taxa de ativação** prevista no item 2 somente será devida quando houver efetiva necessidade de implantação inicial, instalação, ativação ou reconfiguração da solução por nova contratada.

2.1.2. Na hipótese de a empresa vencedora já ser a atual prestadora dos serviços objeto da contratação e não houver necessidade de nova instalação, ativação ou providências técnicas equivalentes, **não será devido o pagamento da taxa de ativação**, permanecendo exigível apenas o pagamento relativo à prestação mensal dos serviços efetivamente executados.

2.1.3. A incidência ou não da taxa de ativação deverá ser verificada pela Administração no momento da formalização da contratação e do início da execução, mediante avaliação da necessidade efetiva dos serviços correspondentes, com o devido registro nos autos.

2.2. O valor acima estipulado abrange todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando a:

- a) tributos, impostos, taxas e contribuições incidentes sobre a prestação dos serviços;
- b) encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fundiários;
- c) despesas administrativas, operacionais e comerciais;
- d) custos de mobilização, logística, deslocamentos e organização da execução, quando incidentes;
- e) materiais, equipamentos, infraestrutura, instalação, ativação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento e demais recursos necessários à execução dos serviços, conforme o Termo de Referência;
- f) substituições, reparos, restabelecimento de conectividade, adequações técnicas e operacionais e demais custos indispensáveis ao cumprimento integral do objeto contratado;
- g) custos relacionados à regularidade documental e exigências específicas aplicáveis à prestação dos serviços, conforme edital, contrato e Termo de Referência.

2.3. O preço contratado remunera integralmente a execução dos serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados, observadas as exigências do Termo de Referência, do edital e da proposta vencedora, não cabendo quaisquer acréscimos por alegação de desconhecimento de condições locais, operacionais, técnicas ou de obrigações necessárias ao perfeito cumprimento do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOÃO**

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração e sejam observados os requisitos legais e contratuais aplicáveis.

3.2. A execução dos serviços terá início mediante emissão de **Ordem de Serviço/Ordem de Início** pela Administração, após a formalização do contrato e demais providências administrativas necessárias, devendo a CONTRATADA assegurar a prestação contínua dos serviços durante toda a vigência contratual, nos termos definidos no Termo de Referência.

3.2.1. Por se tratar de serviço de natureza contínua, admite-se o reajuste anual do valor contratado, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado ou da data-base prevista no edital/contrato, conforme índice e condições estabelecidos no instrumento contratual e na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme as necessidades do MUNICÍPIO, observando as condições técnicas, operacionais e os níveis mínimos de serviço estabelecidos no Edital, no Termo de Referência e neste contrato.

4.2. A CONTRATADA se compromete a executar os serviços dentro das condições estabelecidas, garantindo que:

- a)** os serviços sejam prestados em estrita conformidade com o Termo de Referência, com o Edital, com a proposta apresentada e com as orientações da Administração/Fiscalização;
- b)** seja disponibilizado link dedicado de internet full duplex, entregue por meio de fibra óptica, com as características técnicas e capacidade previstas no Termo de Referência;
- c)** sejam executados os serviços de transporte IP com suporte a tunelamento, VLAN e roteamento TCP/IP entre a sede da Administração Municipal e os diversos departamentos, secretarias e unidades atendidas, conforme especificações do Termo de Referência;
- d)** sejam realizados, pela CONTRATADA, todos os serviços de instalação, ativação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento e demais providências necessárias ao pleno funcionamento da solução contratada;
- e)** seja mantida a continuidade, estabilidade, segurança e regularidade dos serviços durante toda a vigência contratual, observando-se os prazos de atendimento e solução definidos no Termo de Referência;
- f)** sejam prontamente corrigidas as falhas, indisponibilidades, interrupções ou deficiências na prestação dos serviços, mediante atendimento técnico dentro dos prazos contratuais;
- g)** sejam substituídos, reparados ou ajustados, sempre que necessário, os equipamentos, materiais, configurações ou componentes técnicos cuja inadequação comprometa a execução contratual;
- h)** sejam observadas as orientações da Administração e da fiscalização quanto à execução dos serviços, especialmente em relação aos pontos de atendimento, configuração da rede, suporte técnico e restabelecimento da conectividade.

4.3. A execução dos serviços compreenderá, em item único global, a prestação de serviços de acesso à internet banda larga e transporte de dados entre os diversos departamentos e secretarias do Município de São João/PR, incluindo link dedicado, interligação entre unidades, taxa de ativação e demais requisitos técnicos previstos no Termo de Referência.

4.4. O início da execução ocorrerá após a emissão da Ordem de Serviço/Ordem de Início pela Administração, depois da formalização contratual e das demais providências administrativas necessárias.

4.5. A execução dos serviços somente será considerada regularmente realizada após verificação e ateste pela fiscalização contratual, que poderá determinar correções, adequações, complementações, reparos, substituições e demais providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

5.1. São direitos das partes:

- a) da CONTRATANTE:** receber a execução do objeto contratado em conformidade com o Edital, o Termo de Referência, este contrato e demais anexos, podendo fiscalizar, acompanhar, atestar e exigir correções, complementações, reparos e adequações quando necessárias;
- b) da CONTRATADA:** receber o pagamento do valor contratado, na forma e nos prazos estabelecidos, desde que executado o objeto e cumpridas integralmente as obrigações contratuais, com o devido ateste da Administração.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- a)** efetuar o pagamento ajustado nos prazos e condições estabelecidos;
- b)** disponibilizar à CONTRATADA as informações, orientações e condições necessárias para a regular execução do contrato;
- c)** acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de gestor e fiscais formalmente designados;
- d)** comunicar à CONTRATADA as ocorrências verificadas na execução, para fins de regularização, correção ou adequação;
- e)** emitir a ordem de início dos serviços e demais atos administrativos necessários à execução contratual;
- f)** proporcionar acesso aos locais de instalação e atendimento, quando necessário à execução do objeto;
- g)** prestar as informações técnicas e operacionais necessárias à adequada implantação, ativação, configuração e acompanhamento dos serviços contratados.

5.3. São obrigações da CONTRATADA:

- a)** executar os serviços em estrita conformidade com este contrato, com o Termo de Referência, com o edital, com a proposta apresentada e com as orientações da Administração;
- b)** disponibilizar e manter, durante toda a execução contratual, estrutura técnica e operacional compatível com a prestação dos serviços;
- c)** garantir a continuidade, regularidade, estabilidade e segurança da prestação dos serviços, sem interrupções injustificadas;
- d)** realizar a instalação, ativação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento e demais providências necessárias ao pleno funcionamento da solução contratada;
- e)** atender aos chamados técnicos e solucionar falhas, indisponibilidades ou deficiências dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência;
- f)** substituir, reparar, ajustar ou restabelecer, sempre que necessário, equipamentos, materiais, enlaces, configurações ou componentes técnicos que comprometam a execução contratual;
- g)** observar as condições técnicas, operacionais e os níveis mínimos de serviço estabelecidos no Termo de Referência e nas orientações da fiscalização;
- h)** responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e civis decorrentes da execução;
- i)** responder por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual;

- j) manter à disposição da fiscalização, e apresentar quando solicitado, documentos, registros, relatórios e demais informações necessárias à verificação da execução e da regularidade dos serviços;
- k) atender prontamente às solicitações da Administração relativas ao cumprimento do contrato;
- l) comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que impeça, dificulte ou comprometa a execução das obrigações assumidas;
- m) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- n) não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução do objeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;
- o) cumprir integralmente a legislação aplicável à atividade e à execução do objeto, inclusive normas de telecomunicações, técnicas, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e civis;
- p) não permitir a utilização de mão de obra em desconformidade com a legislação vigente, inclusive quanto à vedação constitucional ao trabalho infantil irregular;
- q) assumir integralmente todos os custos necessários ao cumprimento do contrato, inclusive aqueles relativos a pessoal, encargos, tributos, materiais, equipamentos, infraestrutura, ativação, suporte, manutenção e demais despesas diretas e indiretas;
- r) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a regularidade da execução contratual e a manutenção das condições exigidas;
- s) atuar com ética, responsabilidade e zelo na execução dos serviços, observando as normas de segurança, os protocolos técnicos aplicáveis e as orientações da fiscalização e da gestão do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a execução dos serviços e o respectivo ateste pela fiscalização/gestor do contrato, mediante apresentação da **Nota Fiscal**, contendo de forma clara e detalhada a discriminação dos serviços efetivamente executados no período de referência, acompanhada dos demais documentos exigidos para liquidação da despesa.

6.1.1. A As **Notas Fiscais** devem ser encaminhadas para o e-mail ctbsaojoao@gmail.com ou contabilidade@saojoao.pr.gov.br.

6.1.2. As **notas fiscais** deverão ser encaminhadas ao **setor competente imediatamente após sua emissão**, preferencialmente **no mesmo dia**, a fim de não comprometer o fluxo regular de **conferência, liquidação e pagamento** das despesas, observados os **prazos e procedimentos estabelecidos pela Administração**.

6.2. A **Nota Fiscal Fatura** ou **Nota Fiscal** deverá ser acompanhada das **Certidões Negativas de Débitos do INSS e FGTS**, devidamente atualizadas.

6.3. O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO** efetuará os descontos relativos aos tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

6.3.1. De acordo com o **Decreto Municipal nº 3.096/2023** e a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, será realizada a **retenção na fonte do Imposto de Renda (IR)** sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

6.4. A **Nota Fiscal** deverá conter obrigatoriamente:

- a) O **número da licitação** correspondente;
- b) O **número do contrato** e, se aplicável, do **termo aditivo**;
- c) A informação sobre a **opção pelo Simples Nacional**, caso a empresa seja optante desse regime tributário.

6.5. As **Notas Fiscais** deverão ser entregues até o dia **25 de cada mês**. Caso sejam apresentadas

após essa data, deverão ser encaminhadas a partir do **primeiro dia útil do mês subsequente**.

6.6. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato ocorrerão com recursos provenientes das seguintes **dotações orçamentárias**, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

Órgão e Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
02.001	04.122.0401.2003	3.3.90.40.00.00	000
03.001	04.122.0402.2004	3.3.90.40.00.00	000, 511
03.001	04.123.0403.2005	3.3.90.40.00.00	000, 511
04.001	27.812.2701.2008	3.3.90.40.00.00	000
04.002	13.392.1303.2009	3.3.90.40.00.00	000
05.001	12.361.1201.2014	3.3.90.40.00.00	000, 103, 104
06.001	10.301.1001.2030	3.3.90.40.00.00	000, 303
07.001	20.606.2001.2035	3.3.90.40.00.00	000
08.001	15.451.1501.2036	3.3.90.40.00.00	000
08.002	26.782.2601.2040	3.3.90.40.00.00	000
09.001	08.244.0802.2041	3.3.90.40.00.00	000
09.002	08.244.0802.2048	3.3.90.40.00.00	000
09.003	08.243.0802.2050	3.3.90.40.00.00	000

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIO DE RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

7.1. A CONTRATANTE poderá promover a revisão do contrato para fins de **recomposição do equilíbrio econômico-financeiro**, quando caracterizado fato superveniente que gere desequilíbrio relevante, **desde que** a CONTRATADA apresente solicitação formal, devidamente motivada e instruída com documentação comprobatória, incluindo, quando cabível, **memória de cálculo, planilhas, notas fiscais, contratos/compromissos de fornecimento, índices, convenções/atos aplicáveis e demais elementos** que demonstrem a efetiva repercussão nos custos do contrato.

7.2. O pedido será analisado pela Administração conforme as regras do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.031/2026**, do Termo de Referência e da legislação aplicável, sendo admitido apenas quando comprovada, de forma objetiva, a ocorrência de evento que altere as condições originalmente pactuadas, com demonstração do nexo causal e da impossibilidade de absorção do impacto pela Contratada, preservando-se as condições efetivas da proposta e do contrato.

7.3. A recomposição, quando cabível, observará os limites estritamente necessários à eliminação do desequilíbrio verificado, podendo ser formalizada por termo aditivo ou, quando aplicável, por apostilamento, conforme a natureza do ajuste e o instrumento jurídico adequado.

7.4. Não ensejam recomposição, por si sós, variações ordinárias de mercado previsíveis, falhas de planejamento, majorações decorrentes de gestão interna da Contratada, ou custos que não guardem relação direta com o objeto contratado ou que já estejam contemplados na proposta apresentada.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da CONTRATANTE especialmente designados, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração promover o acompanhamento, controle e verificação do fiel

cumprimento das obrigações contratuais. O fiscal e o gestor do contrato serão indicados pela CONTRATANTE dentre seus técnicos e/ou servidores capacitados para o exercício dessas funções.

8.2. A CONTRATANTE nomeia como **Gestora do Contrato a Sra. Simone Zanella Ferreira**, a quem compete a adoção das ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no contrato e, ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável, no caso de constatação de irregularidades cometidas pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do contrato, dos quais constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

8.3. O acompanhamento da execução será realizado pelos seguintes fiscais designados pela CONTRATANTE:

- **Fiscal Titular:** Allana Thayná da Silva;
- **Fiscal Substituto:** Michel Rodrigo dos Santos.

8.4. Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, devendo informar à gestora do contrato todas as ocorrências, em especial aquelas que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual.

8.5. A fiscalização, a contar da formalização do contrato, deverá atuar com base no registro das ocorrências e na adoção das providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato, no Termo de Referência e no edital. Entre suas atribuições está a apuração de circunstâncias que possam ensejar a aplicação das medidas cabíveis, inclusive aquelas relacionadas ao inadimplemento contratual e aos demais atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.6. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal e da gestora deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

8.7. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar à gestora do contrato as situações e os fatos que caracterizem descumprimento das cláusulas e anexos do contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

8.8. Havendo necessidade de alteração do gestor ou dos fiscais inicialmente designados, a CONTRATANTE promoverá a formalização por meio de termo de apostilamento específico, assinado pela autoridade competente e juntado aos autos do processo, com ciência da CONTRATADA pelos canais oficiais adotados pela Administração.

8.9. A CONTRATADA será responsável por:

- a) corrigir, regularizar, substituir, complementar, reparar ou refazer, às suas expensas, qualquer parcela da execução que apresente falhas, vícios, defeitos, interrupções ou irregularidades;
- b) responder por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução contratual, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- c) assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais ônus decorrentes da execução do contrato, sem transferência de responsabilidade à Administração.

8.10. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se comunicações eletrônicas por e-mail institucional, sistema eletrônico ou outro meio oficial adotado pela Administração.

8.11. Antes da realização de cada pagamento, a CONTRATANTE poderá verificar a regularidade da CONTRATADA nos sistemas e bases oficiais aplicáveis, bem como exigir os documentos

necessários à regular liquidação da despesa, conforme previsto no edital, no contrato e na legislação vigente.

8.12. A fiscalização abrangerá, no que couber, a verificação da instalação, ativação, fornecimento dos equipamentos em comodato quando exigidos, configuração, desempenho, estabilidade, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, atendimento aos chamados e observância dos níveis mínimos de serviço previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** deverá observar e garantir que seus fornecedores e eventuais subcontratados, quando permitido, mantenham os mais altos padrões de **ética, transparência e integridade** durante todo o processo de contratação e execução do objeto contratual. Para os fins desta cláusula, consideram-se as seguintes práticas ilícitas:

- a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a ação de agente público durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) **Prática fraudulenta:** falsificação, omissão ou manipulação de informações com o propósito de influenciar a licitação ou a execução do contrato;
- c) **Prática colusiva:** acordo entre dois ou mais licitantes para manipular preços ou condições contratuais de forma artificial, reduzindo a competitividade do certame;
- d) **Prática coercitiva:** causar ou ameaçar causar dano físico, moral ou patrimonial a indivíduos ou empresas, com o objetivo de influenciar sua participação na licitação ou afetar a execução do contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, prestar declarações falsas ou impedir investigações sobre possíveis irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato.

9.2. Em caso de financiamento, total ou parcial, por organismo financeiro nacional ou internacional, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas por essas entidades, podendo ser declarada **inelegível para futuras contratações** caso fique comprovado seu envolvimento em práticas ilícitas.

9.3. Caso o contrato venha a ser financiado, parcial ou integralmente, por um organismo financeiro, a **CONTRATADA** concorda, como condição para a contratação, em permitir inspeções nos locais de execução do contrato, bem como auditorias em seus documentos, contas e registros, sempre que solicitado pela entidade financiadora ou seus representantes devidamente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas na legislação vigente, incluindo: **advertência, multas, suspensão temporária, rescisão contratual e outras sanções legais**, conforme **Lei nº 14.133/2021**.

10.2. As penalidades aplicáveis incluem:

I- **Advertência escrita:** aplicada em casos de descumprimento leve, sem dolo ou prejuízo significativo para a Administração.

II- **Advertência com prazo para correção:** aplicada quando houver omissões ou falhas médias ou graves que possam ser corrigidas, devendo a **CONTRATADA** sanar as irregularidades em até **60 (sessenta) dias**.

III- Multas:

a) **Multa diária moratória:** 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal ou total do contrato por atraso no cumprimento das obrigações ou não atendimento da advertência dentro do prazo estabelecido.

b) **Multa por inexecução parcial ou atraso injustificado:** 1% (um por cento) do valor mensal ou total do contrato, aplicada até o limite máximo de **30 (trinta) dias de multa**.

c) **Multa punitiva por descumprimento médio:** 1% (um por cento) do valor mensal ou total do contrato.

d) **Multa punitiva por descumprimento grave:** 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do contrato.

e) **Multa punitiva por rescisão contratual motivada pela inexecução injustificada do contrato:** 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do contrato.

f) **Multa punitiva por improbidade administrativa cometida em conjunto com agente público:** 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do contrato.

IV- **Suspensão temporária da prestação de serviços ou fornecimento de bens:** aplicada em casos que causem danos financeiros ou patrimoniais à Administração ou violem normas regulatórias.

V- **Rescisão contratual:** aplicada em casos graves ou por interesse público, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas neste contrato.

10.3. As penalidades serão aplicadas observando-se os princípios do **contraditório e da ampla defesa**, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021**.

10.4. Caso seja aplicada multa, a **CONTRATANTE** poderá reter os valores correspondentes dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite das penalidades aplicadas.

10.5. Se não houver créditos suficientes para cobrir as penalidades, a **CONTRATADA** será notificada para efetuar o pagamento do valor devido **em até 5 (cinco) dias úteis**.

10.6. Caso a **CONTRATADA** não realize o pagamento dentro do prazo estipulado, a cobrança será feita por meio judicial.

10.7. A aplicação das penalidades seguirá o seguinte procedimento:

- Manifestação do fiscal do contrato**, com documentação comprobatória das infrações;
- Análise e manifestação do gestor do contrato** sobre as irregularidades constatadas;
- Notificação da CONTRATADA** para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**;
- Parecer da Procuradoria-Geral do Município** sobre o caso;
- Decisão final do Prefeito Municipal** sobre a penalidade a ser aplicada;
- Notificação da CONTRATADA** sobre o resultado do processo e imposição das penalidades, quando cabível.

10.8. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, sanções poderão ser aplicadas **imediatamente**, independentemente da defesa prévia da **CONTRATADA**, **em situações urgentes**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- Descumprimento das cláusulas contratuais, execução irregular, inexecução total ou parcial sem justa causa ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- Rescisão por acordo entre as partes, desde que não cause prejuízo à **CONTRATANTE** e haja conveniência administrativa;
- Ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos **artigos 138 e 155 da Lei nº 14.133/2021**, que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

11.2. Caso a rescisão ocorra por culpa da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos

até o limite dos prejuízos apurados.

11.3. Caso não haja créditos suficientes para cobrir os prejuízos, a **CONTRATADA** será notificada para realizar o pagamento em até **5 (cinco) dias úteis**. Se não for efetuado o pagamento, a **CONTRATANTE** poderá cobrar judicialmente o valor devido.

11.4. A **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato em caso de **cisão, fusão ou incorporação** da **CONTRATADA** que comprometa a execução do objeto contratado.

11.5. A rescisão poderá ocorrer nos seguintes casos, entre outros:

- a) Não fornecimento dos bens ou serviços contratados;
- b) Inexecução do objeto do contrato sem justa causa e/ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- c) Descumprimento de determinações do fiscal ou gestor do contrato.

11.6. O procedimento para rescisão seguirá a seguinte ordem:

- a) Manifestação do fiscal do contrato, com documentação comprobatória;
- b) Manifestação do gestor do contrato ou da unidade requisitante;
- c) Notificação da **CONTRATADA**, concedendo prazo de **15 (quinze) dias úteis** para defesa;
- d) Parecer da **Procuradoria-Geral do Município**;
- e) Decisão final da **CONTRATANTE**;
- f) Notificação da **CONTRATADA** sobre o resultado do processo.

11.7. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, as sanções poderão ser aplicadas **imediatamente**, independentemente de defesa prévia, quando a urgência assim exigir, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. O contrato poderá ser alterado mediante **termo aditivo** ou **apostilamento**, nos casos previstos na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo prorrogação de prazos e adequação das condições contratuais.

12.2. Poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, respeitando o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado, conforme legislação vigente.

12.3. Alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo quando caracterizarem mero ajuste de registro, hipótese em que poderão ser realizadas por **apostilamento**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PARTES INTEGRANTES

13.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos, as condições estabelecidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.031/2026**, seus anexos (especialmente o **Termo de Referência**) e a **proposta vencedora** apresentada pela **CONTRATADA**, bem como os demais documentos que compõem o processo administrativo e que sejam necessários à perfeita execução do objeto.

13.2. Quaisquer alterações necessárias durante a vigência contratual serão formalizadas por instrumento adequado, conforme o caso, mediante **termo aditivo** quando houver modificação que altere o conteúdo obrigacional do contrato, ou por **apostilamento** quando cabível, observadas as disposições do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, com base na legislação aplicável às contratações públicas e demais normas pertinentes, observados os princípios que regem a Administração Pública.

14.2. Subsidiariamente, poderão ser aplicadas normas de direito privado compatíveis com o regime jurídico-administrativo e os princípios gerais dos contratos, quando pertinentes ao caso concreto, sem prejuízo das regras próprias do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A **CONTRATANTE** promoverá a **divulgação** deste contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e em seu **sítio oficial na internet**, conforme o **artigo 94 da Lei nº 14.133/2021**.

15.2. A publicação atenderá às exigências da **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e do **Decreto nº 7.724/2012**, garantindo a **transparência e publicidade** do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUCESSÃO E FORO

16.1. As partes firmam o presente contrato, **obrigando-se por si e seus sucessores** ao fiel cumprimento das condições aqui ajustadas.

16.2. Fica eleito o **Foro da Comarca de São João, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, **renunciando as partes a qualquer outro foro**, por mais privilegiado que seja.

16.3. A **CONTRATADA** deverá manter **um representante com plenos poderes** para receber **notificações, citação inicial e demais comunicações legais**, independentemente de eventual mudança de seu domicílio.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:

Ou

ANEXO VIII

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº. _____

VALOR: R\$ _____ (_____)

1. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1.1. Integra este instrumento o **Edital de Pregão Eletrônico nº. _____**, assim como seus Anexos e o **Descritivo da Proposta de Preços constantes do Processo nº. _____**, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento de cada fatura será realizado **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal**, após a comprovação do **adimplemento do Contratado** em todas as suas obrigações, já deduzidas **as glosas e notas de débito**, e mediante verificação da **Regularidade Fiscal com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**, observadas as disposições do **Termo de Referência**.

2.2. Nenhum pagamento será efetuado **sem a apresentação dos documentos exigidos**, bem como enquanto **não forem sanadas irregularidades** constatadas na **nota fiscal**, no **fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais**.

2.3. Os pagamentos ficarão **condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente**, que deverá ser **mantida na instituição financeira contratada pelo Município**.

2.4. O prazo estabelecido no **item 2.1** ficará **suspenso** na hipótese prevista no **item 13.d.1 das Condições Gerais do Pregão**.

2.4.1. Decorrido o prazo de **adimplemento da multa**, caso esta **não tenha sido paga**, os valores serão **descontados da fatura apresentada**.

2.5. Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **CONTRATADA não tenha concorrido para tanto**, será aplicada uma **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, calculada de acordo com a legislação vigente.

3. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

3.1. São obrigações do **Contratado**:

3.1.1. Efetuar a **entrega do objeto** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva **nota fiscal**, na qual deverão constar as informações referentes à **marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade**, além do **manual do usuário em português** e da **relação da rede de assistência técnica autorizada**, quando aplicável.

3.1.2. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes** do objeto, conforme o **Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990)**.

3.1.3. **Substituir, reparar ou corrigir**, às suas expensas, no prazo fixado no **Termo de Referência**, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

3.1.4. **Comunicar ao Contratante**, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados.

3.1.5. **Indicar preposto** para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com a Administração para a gestão contratual.

3.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.

3.1.7. Manter atualizados seus dados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**.

3.1.8. **Guardar sigilo** sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

3.1.9. **Arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento** dos quantitativos apresentados em sua proposta, exceto nos casos de:

- Alteração qualitativa do projeto ou especificações pela Administração;
- Retardamento na expedição da ordem de execução ou autorização de fornecimento;
- Interrupção do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem da Administração;
- Aumento dos quantitativos contratados, dentro dos limites permitidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

3.1.10. Adotar práticas de **sustentabilidade**, conforme aplicável, utilizando materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos, de acordo com as normas da ABNT, e observar certificações ambientais do INMETRO para produtos sustentáveis.

3.1.11. Adotar práticas de **logística reversa** para os produtos e embalagens fornecidos, assumindo a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O **licitante e o Contratado** que incorrerem em infrações sujeitar-se-ão às **sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021** e nos artigos correspondentes do **Decreto nº _____**, sem prejuízo de eventuais implicações penais.

4.2. A **multa aplicável não será inferior a 0,5% nem superior a 30%** sobre o valor total do lote ou contrato.

4.3. A Administração poderá **reter pagamentos até a quitação da multa** imposta.

4.4. Será aplicada uma **multa de mora diária de até 0,3%** sobre o valor do contrato ou parcela em atraso, até o 30º dia; após esse prazo, a multa será convertida em compensatória.

4.5. A aplicação das sanções seguirá o **devido processo administrativo**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5. DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser extinto:

- Por ato unilateral da Administração, salvo se o descumprimento for causado por ela própria;
- Por acordo entre as partes, inclusive por conciliação ou mediação;
- Por decisão arbitral ou judicial.

5.2. A parte que desejar rescindir o contrato deverá comunicar por escrito.

5.3. A extinção do contrato será formalmente motivada, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

6. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este instrumento é regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº _____** e demais normas aplicáveis ao contrato.

7. DO FORO

As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **Foro da Comarca de São João**, com exclusão de qualquer outro.

Município de São João, em ____ de _____ de 20__

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome: _____

2 – Nome: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os fins dispostos no **Pregão Eletrônico nº _____**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ☐ **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ☐ **COOPERATIVA**, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

DECLARA, ainda, que a empresa **não se enquadra nas vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006**, e que **não ultrapassou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, no ano-calendário de realização da licitação**, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IX DECLARAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no **Edital de Licitação** e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como que tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado, o interessado deve fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. Dados de identificação pessoal;
- 1.2. Informações sobre participações societárias;
- 1.3. Dados constantes em contratos sociais;
- 1.4. Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. Estado civil;
- 1.6. Informações sobre cônjuges, quando aplicável;
- 1.7. Relações de parentesco;
- 1.8. Número de telefone;
- 1.9. Registro de sanções administrativas perante a Administração Pública;
- 1.10. Informações sobre eventuais condenações criminais ou por improbidade administrativa;
- 1.11. Outros dados necessários à formalização e execução do contrato.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação presume-se válido, legítimo e juridicamente adequado, conforme previsto na legislação vigente.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____